



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
Campus Alta Floresta  
Coordenação de Compras

**PROJETO BÁSICO SIMPLIFICADO**

**DISPENSA ELETRÔNICA**

(Processo Administrativo nº 23747.000031.2023-37)

**1. OBJETO**

1.1 Aquisição de objetos para ações de acolhimento dos alunos no início do ano letivo de 2023.

**2. JUSTIFICATIVA**




2.1 A presente aquisição pretende atender ao planejamento da assistência estudantil para o ano letivo de 2023, visto que, acolher os estudantes na volta às aulas significa prepará-los emocionalmente para os desafios do novo ano letivo. O acolhimento estudantil configura-se como uma Ação de Permanência e Êxito.

**3. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO:**

3.1 O acolhimento estudantil configura-se como uma Ação de Permanência e Êxito, a equipe multidisciplinar de assistência estudantil em consonância com o plano de ação disponibilizado pela DSAE, de organização e preparação da escola para o retorno às aulas e acolhimento dos ingressantes, desenvolve ações com o apoio de toda a comunidade escolar para tornar a escola um ambiente acolhedor e inclusivo.

**4. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS**

4.1 Segue abaixo a especificação detalhada dos produtos, e o quantitativo estimado:

| Item         | Unidade | Qtde  | Descrição/Especificação   | Valor Unitário | Valor Total         | Modelo  |
|--------------|---------|-------|---|----------------|---------------------|---|
| 01           | Unidade | 4     | Caneca de cerâmica branca 325 ml, personalizada com a logo do IFMT gravado nas cores preto, verde e vermelho. Link do Site do IFMT Campus Alta Floresta para acesso a logomarca:<br><a href="https://alf.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/download_logomarca_alta_floresta/">https://alf.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/download_logomarca_alta_floresta/</a>   | R\$ 32,00      | R\$ 128,00          |  |
| 02           | Unidade | 1.000 | Canetas Touch Personalizadas, na cor prata, logomarca IFMT Campus Alta Floresta. A Caneta esferográfica deverá ser com a tinta azul, com acionamento por rotação, conter suporte para celular, ponteira touch screen e limpador de tela. Deverá ser acionada por giro de fácil ativação para escrita em papel. A ponta Touch tem espessura média e é universal, funcionando em smartphones e Tablet's de diversos modelos para funções touch, desenhos ou jogos tudo isso sem riscar a tela. A caneta também deverá servir como suporte para celular possibilitando e facilitando a visualização de videoaulas.   | R\$ 3,86       | R\$ 3.860,00        |  |
| 03           | Unidade | 38    | Chocolate wafer recheado com chocolate ao leite 126 gr, Composição:Açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gordura vegetal, cacau, soro de leite em pó, massa de cacau, farinha de soja, amendoim, sal, flocos de arroz, óleo vegetal, leite em pó integral, manteiga de cacau, gordura de manteiga desidratada, extrato de malte, vitaminas B1, B2 e B3, emulsificantes lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizante. Embalagem contém 20 unidades embaladas individualmente[referência: bis].scoito Wafer - Caixa com 20 unidades. Cada uma dessas unidades apresentam-se embaladas individualmente dentro da caixa de 126g (Tipo BIS) - Para serem entregues aos alunos. | R\$ 6,79       | R\$ 258,02          |  |
| <b>TOTAL</b> |         |       |   |                | <b>R\$ 4.246,02</b> |   |

**Observação:** Os itens deverão ser entregues no prazo de 05 (Cinco) dias.

## **5. CUSTO ESTIMADO**

5.1 O custo estimado da aquisição é de R\$ 4.246,02 (quatro mil e duzentos e quarenta e seis reais e dois centavos).

## **6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Instituto.

## **7. FUNDAMENTO LEGAL**

7.1 A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. O objeto em questão será contratado com fundamento no inciso II do art. 75 da referida Lei.

## **8. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA**

8.1 Em relação a presente aquisição, é possível a utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica, tal sistema podendo ser utilizado tanto para aquisição de material quanto para contratação de serviços.

## **9. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2 Os itens 01 e 02 deverão estar embalados com plástico bolha e acondicionados em caixas, a fim de que sejam enviados de forma protegida, não deixando nada solto dentro das caixas, evitando que ocorra danos no transporte. A embalagem deverá estar totalmente fechada no ato da entrega.

9.3 O item 02 deverá atender sua finalidade, assim todas as canetas deverão ser confeccionadas com material de boa qualidade de modo a não descascar com o uso, além de apresentar bom funcionamento tanto de escrita quanto nas demais funcionalidades.

9.4 O produto do Item 03 deverá obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados se acaso o produto vier com caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza, murchosa e nem se apresentar quebradiço;

9.5 Zelar pela perfeita execução da entrega do material, devendo as falhas, que porventura vierem a ocorrer, serem sanadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso necessário promovendo a substituição dos mesmos;

9.6 Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vierem a ocorrer na entrega do material e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a avença firmada sem prévia e expressa anuência da Contratante;

9.8 Manter durante toda a execução do objeto as condições inicialmente pactuadas.

9.9 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Ordem de Fornecimento;

9.10 Havendo a necessidade de substituição dos materiais em razão da apresentação de defeito, o custeio do frete de devolução e reenvio do item deverá ser feito custeado pela empresa contratada.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do material objeto desta contratação, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados;

10.2 Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto;

10.3 Efetuar o pagamento à Contratada mediante apresentação da respectiva fatura, após comprovação da regularidade fiscal e do ateste pela Contratante, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual;

10.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.5 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

## **11. PAGAMENTO**

11.1 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos pela legislação pertinente;

11.2 A Contratada deverá estar com as certidões fiscais regulares junto à Previdência Social, Receita Federal do Brasil, Fundo de Garantia e ao Tribunal Superior do Trabalho;

11.3 A nota fiscal que contiver erro ou rasura será devolvida à Contratada para retificação, reabrindo-se em favor da Contratante o prazo para atesto e pagamento;

11.4 O prazo para pagamento da nota fiscal é de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

## **12. PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS**

12.1 O produto deverá ser entregue em sua totalidade em até 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de

Fornecimento.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5 A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Elaborado por: Neyssa Aparecida Filho Saccoman - Coordenadora de Compras

Matricula: 3292452

De acordo: Indianara Cristiny Franco Rodrigues - Chefe do DAP

Matricula: 1007323

De acordo: Marcos Luiz Peixoto Costa - Solicitante - Ordenador de Despesas

Matricula: 1652602

Documento assinado eletronicamente por:

- **Neyssa Aparecida Filho Saccoman**, COORDENADOR - FG - ALF-COM, em 02/02/2023 15:39:57.
- **Marcos Luiz Peixoto Costa**, DIRETOR GERAL - CD0002 - ALF-DG, em 02/02/2023 15:41:32.
- **Indianara Cristiny Franco Rodrigues**, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - ALF-DAP, em 02/02/2023 16:05:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/01/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 463864

Código de Autenticação: 3c5fd1b7b0



TERMO Nº 4/2023 - ALF-COM/ALF-DAP/ALF-DG/CALF/RTR/IFMT